EM MATO GROSSO

50 municípios devem receber 91 profissionais do Mais Médicos

Cidades com mais vagas são Cuiabá, Cáceres e Tangará da Serra

KETHLYN MORAES / RD News

Mato Grosso deve receber 91 novos médicos por meio do programa Mais Médicos nos próximos meses, que serão distribuídos em 50 municípios. A maior parte, 22 profissionais, vai para a Capital. Do total de vagas abertas, 50 já foram homologadas. Além da Capital, Cáceres e Tangará da Serra são os municípios que mais receberão médicos do programa. Nessas três cidades, a maior parte dos profissionais já chegou e foi distribuída pelas unidades de saúde.

Em alguns dos municípios, os profissionais serão solicitados novamente nas próximas chamadas. De acordo com o Ministério da Saúde, são inseridos no programa médicos formados em instituições brasileiras ou com diploma revalidado no Brasil, com registro no Conselho Regional de Medicina (CRM), ou médicos brasileiros com habilitação para exercício da medicina no exterior. Esses dois perfis são os prioritários do programa. Há, atualmente, uma segunda chamada do edital, para preenchimento das vagas remanescentes em que os médicos não conseguiram comparecer com a devida documentação.

> “Profissionais em unidades que tinham a falta desse médico

Em Cuiabá, das 22 vagas, 17 profissionais já se apresentaram. Segundo Catarina Célia de Araújo Amorim, co-interventora da Atenção Primária da Saúde da Capital, que está responsável pela pasta atualmente, os profissionais foram distribuídos pelos bairros Pedra 90, Parque Cuiabá, Parque Ohara, Parque Atalaia, Paiaguás, comunidades rurais, entre outras regiões.

“Todas as unidades da atenção primária, tanto da zona urbana quanto da rural, estão habilitadas para receber os profissionais dos Mais Médicos. O que houve, a princípio, foi a inserção dos profissionais em unidades que tinham a falta desse médico. O programa federal veio para dar um auxílio para o município. Já tínhamos outros três profissionais atuando, que foram selecionados no edital passado. Então, nas 110 unidades básicas, hoje os médicos do programa estão compondo um corpo de 20 profissionais trabalhando em regime de atendimento ambulatorial”, esclarece.

Do total de vagas abertas, 50 já foram homologadas

Em Cáceres, segunda cidade com mais vagas disponibilizadas, nove médicos já atuavam pelo Mais Médicos. Agora, com esse novo edital, mais seis vagas foram preenchidas e esses profissionais já foram homologados.

Secretário de Saúde, Wellington Bezerra

MAIS MÉDICOS

Cinco médicos iniciaram atendimento em Tangará

Todos eles se apresentaram e foram alocados nas unidades de saúde

KETHLYN MORAES / RD News

Em Tangará da Serra todos os cinco médicos chamados do programa Mais Médicos já se apresentaram e foram alocados, conforme explica o secretário Municipal de Saúde, Wellington Bezerra.

“Eles foram alocados onde não havia médicos. Alguns profissionais haviam encerrado os contratos e foram repostos nestas unidades com os médicos do programa. Hoje temos 22 unidades de saúde, todas com a cobertura de médicos”, informa.

Mais vagas para o 2° semestre - O programa foi relançado pelo presidente Lula no dia 20 de março deste ano e o Ministério adiantou, no fim do mês passado, a publicação de um segundo edital do programa, desta vez de coparticipação dos municípios com a pasta. Ao todo, o novo chamamento disponibiliza 10 mil vagas aos gestores locais, que devem indicar o número de profissionais necessários para a sua região.

No modelo de coparticipação, o gestor autoriza que o valor da bolsa dos profissionais do programa, de R$ 12.386, seja descontado do repasse fundo a fundo que o Ministério da Saúde faz ao município, nas transferências regulares que ocorrem todos os meses. Os gestores estaduais e municipais têm até o dia 7 de julho para fazer a adesão ao programa.

Em Tangará, a Secretaria Municipal de Saúde afirmou que não fará a adesão neste novo edital porque, segundo o secretário Municipal de Saúde, Wellington Bezerra, esse modelo de coparticipação não é viável para o Município. “Hoje, o que acontece é que no Mais Médicos o Governo Federal paga o salário e nós só contribuímos com auxílio-moradia. Nessa nova edição, o valor será descontado do repasse da Atenção Primária e o Município terá que custar o auxílio-alimentação e moradia. Como nós fizemos a adesão no edital passado e os cinco médicos que precisávamos já chegaram, não é viável esse novo modelo. Acredito que poucos municípios terão capacidade de fazer isso em face das despesas que se tem”, pondera.